

**HABEAS CORPUS Nº 549.166 - SP (2019/0359491-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : RENATO DA COSTA GARCIA  
**ADVOGADO** : RENATO DA COSTA GARCIA - SP0251201  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GABRIEL HENRIQUE ARAUJO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em benefício de GABRIEL HENRIQUE ARAUJO DA SILVA, contra v. acórdão do eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente teve sua prisão temporária convertida em preventiva no dia 15/09/2017, e foi posteriormente pronunciado, em 24/05/2018, como incurso no delito de homicídio qualificado, tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, **negado o direito de responder ao processo em liberdade**.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação do decreto prisional. O eg. Tribunal de origem, à unanimidade, denegou a ordem, nos termos do v. acórdão de fls. 41-47, sem ementa no original.

A r. decisão de pronúncia foi confirmada em segundo grau por ocasião do julgamento do recurso em sentido estrito interposto pela defesa, em v. acórdão de fls. 24-40.

Daí o presente **mandamus**, no qual o impetrante afirma a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na ausência de fundamentação idônea a justificar a manutenção de sua segregação cautelar por ocasião da r. decisão de pronúncia. Sustenta, ainda, que as condições pessoais do paciente seriam favoráveis.

Requer, ao final, a revogaçãoda prisão preventiva, sem prejuízo da

imposição de medidas cautelares diversas.

É o breve relatório.

**Decido.**

Requer o impetrante, em síntese, a revogação da prisão preventiva ante a ausência de fundamentação da r. decisão de pronúncia que a manteve e, subsidiariamente, a aplicação de medida cautelar diversa da prisão.

Com efeito, importante destacar que a jurisprudência da Quinta Turma deste Tribunal Superior é pacífica no sentido de que a r. sentença condenatória ou de pronúncia somente constitui novo título para fins de prisão preventiva se apresentar novos fundamentos para manter a segregação cautelar.

Nesse sentido o seguinte julgado desta Quinta Turma:

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. FURTO QUALIFICADO TENTADO. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA APÓS A PROLAÇÃO DE SENTENÇA. PREJUDICIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONTUMÁCIA DELITIVA. RISCO À ORDEM PÚBLICA CONFIGURADO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. INOVAÇÃO DE FUNDAMENTOS PELA CORTE DE ORIGEM. INEXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

***1. A Quinta Turma desta Corte possui entendimento no sentido de que a sentença condenatória que mantém a prisão cautelar do réu somente constitui novo título judicial se agregar novos fundamentos, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, situação não presente nos autos.***

*2. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso previsto para a espécie. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.*

*[...]*

***6. Inexiste inovação de fundamento pela Corte de origem quando esta, para manter a prisão preventiva, utiliza-se dos mesmos motivos expostos pelo Juiz de primeiro***

*grau nas decisões de decretação e manutenção da custódia processual. 7. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando evidenciada a sua insuficiência para acautelar a ordem pública.*

*8. Habeas corpus não conhecido" (HC n. 387.339/SC, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 5/4/2017, grifei).*

**Na hipótese, a r. sentença de pronúncia** manteve a segregação cautelar do ora paciente, sob **os mesmos fundamentos do decreto prisional primevo**, os quais já foram analisados por essa eg. Corte Superior nos autos de outro **writ** anteriormente impetrado, conforme se extrai dos seguintes excertos, **in verbis**:

*"Os motivos que ensejaram a prisão preventiva de Gabriel, persistem. Portanto, assim, deve permanecer" (fl. 54).*

Dessarte, a alegação do impetrante é insuscetível de conhecimento, pois verifica-se que o presente **mandamus** consubstancia mera **reiteração de pedido**, pois verifica-se que o tema já foi objeto de análise por esta eg. Corte Superior, por ocasião do julgamento do **HC n. 483.139/SP**, sob a relatoria do em. Ministro **Felix Fischer**, na data de **05/02/2019**, oportunidade em que o **writ não foi conhecido**, tendo o mérito sido analisado de ofício, não verificada a existência de flagrante ilegalidade, conforme a seguinte ementa:

**"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

*I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.*

*II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que*

*tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.*

*III - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam de maneira incontestada a necessidade da prisão para **garantia da ordem pública**, notadamente a forma pela qual o delito foi em tese praticado, consistente em **homicídio qualificado, cometido em concurso de agentes, mediante diversos disparos de arma de fogo e recurso que impediu a defesa da vítima, encontrada já sem vida, amarrada e amordaçada, por motivo fútil, qual seja, a disputa por um ponto de venda de drogas**, o que revela a periculosidade do agente e a gravidade concreta da conduta, tendo em vista o **modus operandi** empregado e justifica a imposição da medida extrema. Precedentes.*

*IV - Não analisada pelo eg. Tribunal a quo a questão atinente ao alegado excesso de prazo para a formação da culpa, não cabe a esta Corte examinar o tema, **sob pena de indevida supressão de instância**. Precedentes.*

*V - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, **como na hipótese**. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.*

***Habeas corpus não conhecido"***

Sob tal contexto, torna-se inviável o conhecimento do presente **mandamus, no qual se reitera o pleito já analisado em outro processo.**

Ilustrativamente:

*"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. MATÉRIA PREVIAMENTE SUBMETIDA AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POR MEIO DE HABEAS CORPUS. MERA REITERAÇÃO NO ÂMBITO DO RECURSO ORDINÁRIO. LITISPENDÊNCIA. ILEGALIDADE DO ADITAMENTO DA DENÚNCIA. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. Hipótese na qual o recurso ordinário interposto consiste em mera reiteração de pedido formulado no HC n. 426.876/PE, que não foi conhecido por esta Turma em 6/2/2018.*

*2. Embora o recurso ordinário em habeas corpus consista no meio próprio para a apreciação da irresignação, a defesa optou por impetrar, também, habeas corpus substitutivo, o qual primeiramente foi despachado nesta Corte. Desse modo, a tese idêntica não pode ser simultaneamente analisada em*

***impetrações/interposições posteriores.***

3. Embora o HC 426.876/PE não tenha sido conhecido pela Turma, as ilegalidades apontadas pela defesa foram devidamente analisadas a fim de se verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício, o que, contudo, não se constatou no caso.

4. A alegação de ilegalidade no aditamento da denúncia não foi enfrentada pela Corte a quo, o que impede o conhecimento da questão diretamente por este Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância.

5. Assim, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional.

6. Agravo regimental desprovido" (AgRg no RHC n. 93.610/PE, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 02/04/2018, grifei).

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO (DUAS VEZES) E LESÃO CORPORAL (DUAS VEZES). REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDO. PLEITO DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS RÉUS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

**1. Não há como conhecer de habeas corpus que consiste em mera reiteração de pedido anterior.**

2. Além do fato de esta Corte já haver se manifestado a respeito da legalidade da imposição do regime fechado ao agravante, impossível a fixação do regime semiaberto sob a invocação do princípio da isonomia, uma vez que o paciente deste writ é reincidente e seu corrêu é primário.

3. Agravo regimental não provido" (AgRg no HC n. 464.035/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 19/09/2018).

Ante o exposto, com fulcro no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o processamento do presente writ.

P. e I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator